

HABEAS CORPUS Nº 501.975 - RS (2019/0092986-1)

RELATOR : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA
IMPETRANTE : MILTON ADÃO SILVA ANDREOTTI CARDOSO
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PACIENTE : MILTON ADÃO SILVA ANDREOTTI CARDOSO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado por MILTON ADÃO SILVA ANDREOTTI CARDOSO, em causa própria, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul (HC n. 0047952-04.2019.8.21.7000).

O impetrante narra, em sua inicial, que foi condenado à pena de 21 anos e 6 meses de reclusão, em regime inicial fechado, e multa, pela prática dos crimes previstos nos arts. 121, § 2º, incisos IV e V, e 157, § 2º, inciso II, ambos do Código Penal, em concurso material.

Irresignada, a defesa interpôs recurso de apelação, o qual foi improvido (e-STJ fls. 13/22), em acórdão assim ementado:

JÚRI. DECISÃO CONTRÁRIA À PROVA DOS AUTOS. INEXISTENTE ÍNTIMA CONVICÇÃO DOS JURADOS. CONDENAÇÃO MANTIDA. PENA. PUNIÇÃO APLICADA DE FORMA ADEQUADA. CONFIRMADA.

I - Como é do conhecimento geral, os jurados julgam por íntima convicção, sem a necessidade de fundamentar suas decisões. Deste modo, podem utilizar, para seus convencimentos, quaisquer provas contidas nos autos, ainda que não sejam as mais verossímeis. Só se pede falar em decisão manifestamente contrária à prova dos autos, quando o conjunto probatório não trazer nenhum elemento a embasar a tese aceita no julgamento, constituindo ela numa aberração, porque divorciada daquele (conjunto probatório). Não é o caso em julgamento, porque a Câmara, examinando recurso em sentido estrito proposto pelo apelante, entendeu que existiam indícios dos crimes e de seu autor. Por este motivo, mantém-se a decisão condenatória, porque ela tem amparo na prova.

II - Diante da enorme carga de subjetivismo na aplicação da

pena-base e acréscimos ou reduções face às agravantes e atenuantes, deve-se, tanto quanto possível, aceitar aquela fixada na sentença. A alteração só deve acontecer, quando se verificar grave erro na fixação da punição. Neste sentido, já se manifestou o Supremo Tribunal Federal no julgamento do Habeas corpus 112.859. Assim, deve-se sempre ter em mente o que estipula o artigo 59 do Código Penal em seu final: estabelecerá conforme seja necessário e suficiente para reprovação e prevenção do crime." Este deve ser o limite na aplicação da reprimenda, razão pela qual se mantém a punição fixada na sentença.

DECISÃO: Apelo defensivo desprovido. Unânime.

Após, o paciente impetrou *habeas corpus* na Corte local, o qual não foi conhecido (e-STJ fl. 12).

No presente *mandamus* (e-STJ fls. 1/11), o impetrante sustenta estar sofrendo constrangimento ilegal, em virtude dos ilegais acréscimos aplicados nas penas dos crimes de homicídio e de roubo.

No que toca às penas-base de ambos os delitos, aduz que o fato de ser policial militar não enseja maior culpabilidade, sendo ilegais os incrementos realizados. Apenas em relação ao roubo, aponta para a impossibilidade de ser atribuído maior desvalor às consequências do crime, na medida em que a *res* não possui valor expressivo.

Na segunda fase da dosimetria, alega ser indevida a incidência da agravante prevista no art. 61, inciso II, alínea *b*, do Código Penal, pois tal circunstância *não encontra conforto no cenário processual* (e-STJ fl. 7).

Por fim, entende ser imperativo o reconhecimento do concurso formal entre os crimes de homicídio e de roubo, pois ambos foram praticados em um mesmo contexto.

Ao final, liminarmente e no mérito, pede a concessão da ordem para que a pena que lhe foi imposta seja reduzida, mediante a redução das penas-base, o afastamento da agravante no homicídio e o reconhecimento do concurso formal entre as infrações penais.

É o relatório. **Decido.**

Não obstante as razões deduzidas na petição inicial, não vejo como dar seguimento ao presente *writ*.

Afinal, as razões da presente impetração e respectivos pedidos não foram objeto de debate na decisão ora impugnada, proferida em sede mandamental, cujo espectro de conhecimento sequer foi possível aferir a partir dos documentos acostados aos autos.

Cumpre destacar, ademais, que os temas também não foram apreciados no julgamento do recurso de apelação pela Corte local, que tratou das penas aplicadas de forma genérica, não enfrentando diretamente nenhum dos temas ora suscitados.

Assim, inexistente pronunciamento do Tribunal de origem sobre o mérito das questões ora aventadas, resulta inviável a respectiva apreciação por esta Corte, sob pena de supressão de instância.

Em hipóteses análogas, decidiu esta Corte:

AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO EM HABEAS CORPUS. ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. ATO INFRACIONAL ANÁLOGO AO CRIME DE TRÁFICO ILÍCITO DE ENTORPECENTE. REMISSÃO CUMULADA COM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS À COMUNIDADE. NULIDADE. MATÉRIA NÃO DEBATIDA NO PRÉVIO WRIT PELA CORTE DE ORIGEM, AO ARGUMENTO DE QUE DESAFIA RECURSO DE APELAÇÃO. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. APLICAÇÃO. POSSIBILIDADE. INEVIDÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL.

1. A jurisprudência desta Corte Superior é firme na compreensão de que não compete o exame direto de matéria pelo Superior Tribunal de Justiça, quando não apreciada pelo Tribunal a quo, sob pena de incidir em indevida supressão de instância.

[...]

3. Agravo regimental improvido. (AgRg no RHC 71.939/MG, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, Sexta Turma, DJe 16/12/2016).

HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO. NÃO CABIMENTO. ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. ATO INFRACIONAL EQUIPARADO AO CRIME DE ROUBO MAJORADO. NULIDADE. AUDIÊNCIA EM CONTINUAÇÃO. AUSÊNCIA DO ADOLESCENTE. INEXISTÊNCIA. MEDIDA SOCIOEDUCATIVA. CUMPRIMENTO IMEDIATO. APELAÇÃO. EFEITO MERAMENTE DEVOLUTIVO. POSSIBILIDADE. ATUALIDADE DA MEDIDA SOCIOEDUCATIVA. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA.

[...]

V - A questão relativa ao princípio da atualidade da medida socioeducativa não foi enfrentada pelas instâncias ordinárias, razão pela qual não merece apreciação por esta Corte, sob pena de indevida supressão de instância. (HC 348.002/SP, Rel. Ministro FELIX FISCHER, Quinta Turma, DJe 3/11/2016).

Por fim, o exame das questões propostas também sugerem a necessidade de exame aprofundado das provas, o que não seria possível na via estreita do *habeas corpus*.

Nesse contexto, os inconformismos do impetrante devem ser dirigidos à Corte local, por meio de instrumento adequado, observados os pressupostos do art. 621 do Código de Processo Penal.

Ante o exposto, com base no art. 210 do Regimento Interno do STJ, **indefiro liminarmente** a petição inicial do *habeas corpus*.

Intime-se.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Brasília (DF), 03 de abril de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator